

# NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO CONTEXTUALIZADA SOBRE O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Antônio Cabral Neto\*

## FRAGMENTOS DO CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico apresenta-se como um dos desafios que a universidade pública brasileira precisa enfrentar. O redimensionamento dos atuais currículos dos cursos de graduação torna-se uma necessidade, particularmente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em decorrência do papel que a universidade pública deve desempenhar diante das mudanças que se consubstanciam no atual momento de desenvolvimento da sociedade.

Essas mudanças englobam as dimensões política, econômica e cultural. No âmbito político, o revigoramento das teses neoconservadoras expressas no ideário neoliberal redimensionam as relações entre Estado e mercado. O neoliberalismo se caracteriza como uma estratégia política que defende a primazia do mercado sobre o Estado e, portanto, do individual sobre o coletivo. O Estado, nessa ótica, não deve intervir no livre jogo dos agentes econômicos, significando que o mercado tem o poder de regular todas as relações econômicas políticas e sociais.

Dentro dessa lógica, as teses constitutivas do ideário neoliberal se contrapõem aos avanços sociais alcançados com as

---

\* *Antônio Cabral Neto* é Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Pesquisador do CNPq; Pró-Reitor de Graduação da UFRN.

políticas keynesianas<sup>1</sup> implementadas a partir do pós -guerra e desenvolvidas com ênfase até final da década de 1960 e início dos anos 70, particularmente em países de capitalismo avançado.

O neoliberalismo se constitui em uma estratégia política para responder à crise do padrão de acumulação capitalista enfrentada pela maioria dos países desenvolvidos no final do século XX. Ele é a expressão política dessa crise. Desenvolve-se em países centrais do capitalismo, desde o início da década de 70, encontra, nos últimos anos da década de 80, na América Latina e, particularmente, no Brasil, um cenário favorável à sua implementação, assumindo posição hegemônica nos anos 90.

Em relação aos programas sociais, as reformas preconizadas pelo neoliberalismo para o continente Latino Americano estão centradas em três aspectos: a) descentralização, entendida como um modo de aumentar a eficiência e eficácia do gasto, aproximando problemas e gestão; b) focalização, significando o direcionamento do gasto social para setores de maior necessidade; c) privatização, concebida como o deslocamento da produção de bens e serviços públicos para o setor privado lucrativo e não-lucrativo (ONGs, instituições filantrópicas etc.) (Draibe, 1993, p. 97).

---

1. O keynesianismo refere-se àquelas políticas fundamentadas nas teses propostas por Keynes que previa uma intervenção do Estado na ordenação econômica e política da sociedade. Keynes propunha estratégias para redimensionar a crise enfrentada pela sociedade capitalista nas primeiras décadas do século XX. Foi implementado com mais ênfase em países de capitalismo desenvolvido, no período pós-segunda guerra mundial até meados da década de 70. Segundo Esping-Andersen (1995), o Welfare State significou mais do que um incremento das políticas sociais no mundo desenvolvido, em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política. No campo econômico resultou do abandono da ortodoxia da exclusiva lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania. Politicamente, se constituiu um elemento importante do projeto de reconstrução nacional no pós-guerra, fortalecendo a democracia liberal contra o fascismo e o bolchevismo.

No campo econômico, entra em crise o padrão de acumulação baseado no taylorismo<sup>2</sup> / fordismo<sup>3</sup> que preconizava a possibilidade de generalização da industrialização, propiciando a produção em larga escala, consumo em massa, possibilidade do pleno emprego e diminuição das desigualdades. A crise iniciada no final do século XX, aprofunda-se consideravelmente a partir da década de 1980, configurando a insuficiência dessa matriz enquanto forma de organização da produção.

Diante disso, se impõe uma ampla reestruturação do processo produtivo fundada em novas bases. O modelo proposto pretende superar a rigidez dos processos taylorista/fordista, pautando-se na integração e na flexibilidade<sup>4</sup>, redesenhando dessa forma, uma nova engenharia de produção. É inaugurado um outro esquema de regulação da produção capitalista, significando o

---

2. O taylorismo é o modelo de gerência científica sistematizado por Frederick Winslow Taylor no final do século XIX. Tinha por objetivo desenvolver métodos para organização do trabalho, visando atender as novas demandas da produção capitalista. Fundava-se em três princípios básicos: a) dissociação do processo de trabalho das especialidades do trabalhador; b) separação entre concepção e execução; c) utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada uma das fases do processo de trabalho e seu modo de execução (Braverman, 1983).

3. O fordismo significou uma extensão do modelo de gerência proposto por Taylor. Introduziu inovações na linha de montagem, fazendo o trabalho chegar ao trabalhador em uma posição fixa. A diferença entre o fordismo e o taylorismo, segundo Harvey (1993), reside na defesa assumida por Henry Ford que enfatizava a necessidade de produção e consumo em massa, significando um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia. O processo de produção, segundo as orientações do fordismo, está centrado na produção em massa de bens homogêneos, uniformidade e padronização, grandes estoques, teste de qualidade ex-post e integração, predominantemente vertical. Em relação ao trabalho evidencia-se a realização de uma única tarefa pelo trabalhador, alto grau de especialização, pouco ou nenhum treinamento no trabalho, organização vertical do trabalho. A base técnica dominante é a eletro-mecânica. (Harvey, 1993).

4. O processo de produção flexível tem como referência o modelo japonês. Ele se caracteriza pela produção flexível, variada, em pequenos lotes e sem estoques. O

redimensionamento do padrão keynesianismo-fordismo que havia predominado desde o pós-guerra.

Esse “novo” esquema significa uma alteração substancial nas formas tradicionais de organização da produção. Ele tornou-se possível mediante: a organização flexível do processo de trabalho; o aperfeiçoamento da base técnica, decorrente do progresso da ciência e do desenvolvimento tecnológico; e o aprimoramento dos objetos de trabalho, pela descoberta de novos materiais (fibra ótica, por exemplo).

A lógica subjacente a essa orientação se expressa no seguinte discurso: quanto mais desregulamentação e flexibilização no mercado de trabalho maior a possibilidade da criação de empregos. Entretanto, sua lógica real significa o aumento da produtividade econômica por conta do incremento de tecnologia de ponta (microeletrônica, biotecnologia, genética, informação, dentre outros) e da redução do número de trabalhadores.

A incorporação de novas tecnologias e de novas formas de gerenciamento no processo produtivo significou uma drástica redução dos postos de trabalho, implicando em uma crescente liberação de mão-de-obra, desemprego estrutural, precarização do trabalho e aviltamento do trabalho assalariado, culminando com o aumento da exclusão social.

Esse modelo de organização da produção, sustentado em uma nova base científica, tecnológica e gerencial, impõe ao trabalhador novas exigências quanto a sua qualificação para o trabalho. Trata-se, pois, do desenvolvimento de novas habilidades cognitivas e da formação de novas atitudes e valores coerentes com a realidade do trabalho no mundo atual.

---

controle de qualidade é integrado ao processo para evitar os desperdícios. O trabalho é realizado em equipe, o trabalhador realiza múltiplas tarefas, ocorre a eliminação da demarcação rígida de tarefas, a organização do trabalho é mais horizontal e exige a permanente aprendizagem no trabalho. A base técnica prevalecente é a eletro-eletrônica.

O argumento central pressupõe que, atualmente, diante da permanente mutação do mercado, é mais importante o trabalhador tornar-se empregável e manter-se competitivo do que simplesmente obter um emprego. Nessa lógica, a educação é considerada um fator determinante do ingresso do trabalhador no mercado de trabalho e, ainda, transfere para ele toda a responsabilidade pelo seu engajamento no mundo do trabalho.

O padrão de acumulação fundado na base técnica eletro-eletrônica e na organização flexível se constitui uma tendência da organização da produção nesse momento. As forças produtivas, todavia, não se desenvolvem de forma homogênea em todos os espaços, há um desenvolvimento combinado, porém desigual. Verifica-se uma convivência desse padrão de acumulação com aquele organizado tomando como parâmetro a base técnica eletro-mecânica e a gerência científica de base taylorista. Essas duas formas de organização capitalista convivem em todos os países, acentuando-se em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

## O CENÁRIO EDUCACIONAL

O projeto educacional concebido como parte das estratégias políticas geradas nesse contexto de predomínio das idéias neoliberais, traz no seu cerne uma concepção de política dos mínimos. Essa política atinge a essência da universidade pública à medida que propõe ações voltadas prioritariamente para a educação fundamental. Nesse cenário, se fortalece a tese delineada no âmbito do projeto da reforma universitária proposta na década de 80 (Projeto GERES), que previa a criação de dois tipos de universidades: uma produtora e outra transmissora de conhecimentos.

Esse cenário, recortado por complexas relações econômicas, políticas e culturais, deve ser considerado pela universidade pública ao conceber o Projeto Político -Pedagógico dos seus cursos de graduação. Nessa empreitada, a universidade deve atentar para não aderir com exclusividade à lógica do mercado que prioriza uma

formação centrada no conhecimento instrumental, secundarizando as dimensões social, moral e ética da formação profissional. Tal orientação caracteriza a concepção economicista da educação.

A visão economicista da educação tem como lastro o ideário político-econômico neoliberal que atribui à educação uma centralidade no desenvolvimento econômico, vinculando-a às demandas de mercado. Este, o mercado, na lógica neoliberal organiza e conduz todo o processo educacional. Trata-se de uma matriz formulada por organismos internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL<sup>5</sup> – e o Banco Mundial – BIRD<sup>6</sup>.

A universidade pública, ao delinear o seu Projeto Político-Pedagógico, deve atentar para essa realidade. É preciso assumir, no âmbito de cada universidade e de cada curso, uma ação mais ousada para pensar estratégias que possibilitem criar mecanismos para se contrapor a essa tendência claramente desenhada na atual política do governo para o ensino superior público.

---

5. A CEPAL, órgão regional da Organização das Nações Unidas – ONU –, criada em 1948, destina-se a assessorar os países da América Latina em assuntos técnico-econômicos. O trabalho “Transformación Productiva com Equidad”, elaborado em 1990, assinala que a formação de recursos humanos e o desenvolvimento estão intimamente relacionados. Nessa ótica, a educação e a produção do conhecimento são fatores imprescindíveis para o desenvolvimento. Essa abordagem é reafirmada em outro, documento escrito em 1992, “Educacion y Conocimento: Eje de la transformación productiva com equidad” o qual situa a educação como elemento central para o desenvolvimento econômico e social.

6. O BIRD, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial – BM) é a instituição internacional que, dentre outras atividades, financia e presta assessoramento técnico a projetos educacionais no Brasil. Neste momento, o BM considera a educação como um fator de redução da pobreza e essencialmente como uma estratégia indispensável à formação de “capital humano” adequado aos atuais padrões de acumulação. A política educacional, nessa lógica, enfatiza os seguintes aspectos: eficiência, eficácia, rentabilidade, flexibilidade, relação custo-benefício. Essa Instituição tem, hoje, uma influência significativa no delineamento da política educacional brasileira.

A universidade como uma instituição responsável pela produção e disseminação crítica do conhecimento, necessita construir um projeto educativo que possibilite a formação de recursos humanos capazes de sua inserção crítica na sociedade. Isso implica ultrapassar a visão restrita de educação que se vincula prioritariamente às demandas do mercado. É evidente que a universidade ao formar profissionais deve conhecer as necessidades do mercado, porém não deve tornar-se refém do mesmo.

Assim, a formação profissional deve ancorar-se em [...] *habilidades e aptidões de apreensão, compreensão, análise e transformação, tanto no âmbito do conhecimento tecnológico que se dissemina rapidamente, quanto no âmbito da formação da competência política, social, ética e humanista* (ForGRAD, 1999, p. 9).

Com base nessa compreensão, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN deve:

[...] estar comprometida com a qualidade da formação intelectual de seus alunos, com a qualidade de sua produção científica, artística, filosófica e tecnológica e, principalmente, com o atendimento às necessidades, aos anseios e às expectativas da sociedade, formando profissionais técnica e politicamente competentes e desenvolvendo soluções para problemas locais, regionais e nacionais (UFRN – Plano de Desenvolvimento Institucional, 1999 - 2003, p. 39).

Na proposta acadêmica da UFRN, o Projeto Político-Pedagógico dos cursos de graduação deve ter como respaldo pressupostos teóricos e metodológicos que realcem tanto a formação ética quanto a competência técnica para enfrentar os desafios postos pelo mundo do trabalho, no atual momento.

Significa conceber um Projeto Político Pedagógico em permanente construção para propiciar o desenvolvimento de ações planejadas que dêem vida ao fazer pedagógico no âmbito de cada curso de graduação.

Não é uma tarefa simples nem individual. Portanto, não deve ser uma tarefa exclusiva do coordenador do curso. É uma ação coordenada, coletivamente, pelos Colegiados dos Cursos, a quem compete articular estratégias de envolvimento de professores, alunos, especialistas das diversas áreas do conhecimento, como também de representantes de segmentos sociais interessados. A elaboração, o desenvolvimento e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico é uma ação compartilhada.

O Projeto Político-Pedagógico, segundo o *ForGRAD*, deve ser entendido

[...] como um instrumento de balizamento para o fazer universitário, concebido coletivamente no âmbito da instituição, orientado para esta, como um todo, e para cada um de seus cursos, em particular. Ao constituir-se, o Projeto (político) Pedagógico deve ensejar a construção da intencionalidade para o desempenho do papel social da IES, centrando-se no ensino, mas vinculando-se estreitamente aos processos de pesquisa e extensão (p. 9).

## PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

a) O Projeto Político-Pedagógico deve levar em consideração as diretrizes curriculares nacionais mas não deve ficar restrito a elas. A autonomia na elaboração do projeto, apesar dos limites impostos pela atual política do MEC, precisa ser exercida. Os profissionais envolvidos no processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico, devem ousar no sentido de propor um Projeto que contemple experiências acadêmicas criativas e inovadoras;

b) O Projeto Político-Pedagógico do Curso deve estar necessariamente articulado com o projeto de universidade pública democrática e de qualidade social;

c) A elaboração do Projeto Político-Pedagógico pressupõe uma compreensão do contexto social e político do momento;

d) O Projeto Político-Pedagógico deve compreender três momentos interligados. O primeiro relaciona-se com o perfil desejado para o egresso do Curso, as habilidades e competências definidas e os objetivos do curso, dentre outros aspectos que condicionam os demais componentes do projeto; o segundo diz respeito à estrutura curricular propriamente. Matérias e disciplinas são definidas com base em diretrizes estabelecidas anteriormente; o terceiro momento significa a definição dos procedimentos a serem executados em função dos dois primeiros momentos e às exigências infra-estruturais para tal;

e) A ação pedagógica deve ser pautada em uma dinâmica que articule adequadamente ensino, pesquisa e extensão;

f) A construção do Projeto Político-Pedagógico pressupõe uma ação coletiva resultante do engajamento dos agentes educacionais e sociais;

g) O Projeto Político-Pedagógico, ao ser estruturado, deve levar em consideração que ato educativo compreende a apropriação, pelo aluno, dos conhecimentos historicamente produzidos, assim como o desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores éticos. Isso implica em uma articulação adequada entre conhecimentos científicos e tecnológicos e o desenvolvimento do aluno como cidadão;

h) As atividades curriculares devem permitir, desde cedo, a interação do aluno com a realidade social;

i) A implementação do Projeto Político-Pedagógico implica no redimensionamento do modelo atual de gestão.

Os princípios gerais delineados neste texto contemplam aspectos relevantes que devem ser observados como subsídios pelos docentes e discentes dos cursos de graduação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico. Entretanto, eles não encerram todas as possibilidades de trabalho e, por isso, devem ser enriquecidos no decorrer do processo coletivo de discussão, visto que o Projeto Político-Pedagógico deve ser entendido como um dos principais pilares de consolidação de um projeto acadêmico bem delineado.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *Balanco do neoliberalismo*. IN: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-50.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista; a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CABRAL NETO, Antônio. *Política educacional brasileira: novas formas de gestão*. In: YAMAMOTO, Oswaldo; CABRAL NETO, Antônio. (Orgs.). *O psicólogo e a escola: uma introdução ao estudo da psicologia escolar*. Natal: EDUFRN, 2000, p. 25-58.

CABRAL NETO, Antônio; ALMEIDA, Maria Doninha de. *Educação e gestão descentralizada* : Conselho Diretor, Caixa Escolar Projeto Político-Pedagógico. *Em Aberto*, Brasília, INEP, v. 17, n.72, p. 35-46, jun., 2000.

CABRAL NETO, Antônio; ALMEIDA, Maria Doninha de. *Autonomie et gestion decentralissee: une reflexion dans le domaine de l'education scolaire*.

*Sociétés Brésiliennes – Education – Travail – Developpment*, França: Editora L'harmatan (no prelo).

DRAIBE, Sônia Maria. *As políticas sociais e o neoliberalismo*. *Revista USP / Dossiê Liberalismo / Neoliberalismo*. São Paulo, n. 17, p. 86-101, março/ maio, 1993.

ESPING -ANDERSEN, Gosta. *O futuro do Welfare State na nova ordem mundial*. Lua Nova, São Paulo: CEDEC, n. 35, p.73-112, 1995.

ForGRAD. *Do pessimismo da razão para o otimismo da vontade: referências para a construção dos projetos pedagógicos na IES brasileiras*. Curitiba, 1999. (Texto elaborado a partir da Oficina de Trabalho de Curitiba, realizada de 15 a 17 de setembro de 1999).

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Plano de Desenvolvimento Institucional – 1999 – 2008*, Natal, dez, 1999.